

Sociologia Geral (41100)
Orientações para o estudo
Tema 4. A dimensão simbólica das sociedades

A sociologia tem igualmente vindo a dar uma importância crescente à dimensão simbólica da vida social. Na esteira de Max Weber, reconhece-se hoje que os indivíduos mais do que apenas cumprir normas, adquirir conhecimentos e interiorizar valores, os indivíduos interpretam o mundo e conferem *sentido* à sua ação. Tornam-se, desta forma, *agentes* ou *atores*. Todavia, essas interpretações e sentidos baseiam-se em sistemas de símbolos e significados que os indivíduos vão dominando no decurso das suas interações sociais.

Cultura é uma palavra que todos conhecemos e um conceito fundamental para a Sociologia. Mas o que é a cultura? Em ciências sociais, designa-se *cultura* a um sistema de símbolos e significados desenvolvidos e partilhados no seio de uma sociedade, comunidade ou organização, incluindo linguagens, conhecimentos, normas, crenças, costumes, utensílios, objetos decorativos, etc. Tais sistemas são indispensáveis para a sobrevivência das coletividades e de cada um dos seus membros, sendo a base das tais interpretações que os indivíduos dão às suas vivências e ao que observam no quotidiano. Neste sentido, a cultura é preservada e transmitida entre os membros de um mesmo agregado, embora também se vá transformando com o tempo, devido a influências externas e à própria criatividade dos indivíduos e dos grupos.¹

Importa, desde já, sublinhar que a utilização deste conceito nas ciências sociais implica uma rutura com o sentido corrente que se dá a esta palavra. Em conversas familiares ou entre amigos, é comum ouvirem-se expressões como “*tal* pessoa não tem cultura” ou “o nível cultural em *tal* lugar é muito baixo”. Em termos sociológicos, tais afirmações estão erradas, pois um indivíduo nunca poderia sobreviver sem cultura, isto é, sem qualquer linguagem, crença, conhecimento, utensílio, etc. Além disso, os territórios também não são como recipientes que se vão enchendo de cultura, estando uns a um nível alto e outros a um nível baixo. Por exemplo, comparando dois países, um deles pode ter um maior conhecimento científico acumulado nas suas instituições e na sua população, o que lhes permite elevar a produtividade das suas organizações. Mas outro pode ter um maior volume e diversidade de saberes incorporados, ao nível da culinária, da dança e das técnicas de sobrevivência. Pode-se dizer que estes dois

¹ No âmbito das ciências sociais, existem muitos livros e artigos sobre a cultura. Veja-se, a este propósito: Cucho, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim-de-Século; Runcinam, W. (2001). *O Animal Social*. Lisboa: Temas & Debates.

países têm culturas distintas. É por isso que as ciências sociais se baseiam numa perspetiva *relativista, pluralista e compreensiva* dos fenómenos culturais, não fazendo juízos de valor sobre a (suposta) superioridade ou autenticidade de certas culturas em relação a outras.

O que as afirmações supracitadas evidenciam é que certas formas culturais são socialmente mais reconhecidas. Muitas pessoas podem, por exemplo, considerar que um conhecimento rico e rigoroso da língua oficial do seu país ou das línguas francesa e inglesa são indicadores de um indivíduo com cultura. Isto é verdade. Mas cada vez mais pessoas reconhecem também que o domínio de um idioma indígena, da história oral da sua aldeia ou das técnicas de trabalhar a terra evidencia, igualmente, que um indivíduo é portador de um amplo património cultural. Uma cultura diferente, é certo, mas não necessariamente inferior.

Norbert Elias destacou-se pela sua perspetiva histórica da relação entre natureza e sociedade, mostrando em vários estudos como o pensamento e a sensibilidade dos indivíduos não são atributos genéticos, evoluindo de umas gerações para outras, em consequência de um trabalho específico e permanente de sofisticação e difusão de códigos de conduta e de comunicação, os quais se designam geralmente de *processos culturais* e, em alguns casos, podem-se englobar também no termo mais lato de *processos civilizacionais*.²

Um foco frequente de debate entre sociólogos tem a ver com a possibilidade das organizações e comunidades desenvolverem uma cultura própria ou se integrarem numa cultura mais vasta. Há autores que falam, por exemplo, de “culturas empresariais” ou de “culturas juvenis”, mas não é certo que todas as empresas tenham a *sua* cultura ou que todos os grupos juvenis tenham uma cultura específica.³ Assim, muitas pesquisas adotam o conceito de *subcultura* para referir-se a alguns elementos que são específicos de uma organização ou grupo, mas que se integram numa cultura mais ampla. Por exemplo, um grupo de adolescentes pode conversar na língua do seu país, mas adotar expressões que os diferenciam e que, inclusive, não são conhecidas em outros grupos etários, regiões ou classes sociais.

² Ver Elias, N. (1989). *O Processo Civilizacional*. Lisboa: D. Quixote; e Elias, N. (1994). *Teoria Simbólica*. Oeiras: Celta.

³ Para um aprofundamento destas questões, em língua portuguesa, no âmbito respetivamente da sociologia económica e da sociologia da juventude, ver: Peixoto, J. & Marques, R. (eds.) (2003). *A Nova Sociologia Económica*, Oeiras, Celta Editora; Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Mas, podemos perguntar-nos: qual o motivo pelo qual subsistem diferentes culturas dentro de uma mesma sociedade ou comunidade? É claro que uma das respostas é que estas sociedades ou comunidades podem ser constituídas por pessoas provenientes de diferentes sociedades e comunidades e que trazem consigo uma *herança cultural* diferenciada. Porém, dentro das sociedades industriais, as diferenças culturais persistem, por um lado, em resultado da diferenciação do trabalho social (tal como havia já abordado Émile Durkheim e os autores funcionalistas) e, por outro lado, em consequência das lutas de poder que existem entre os diferentes grupos (tal têm sustentado diversos sociólogos, inspirados nas obras pioneiras de Karl Marx). Retomando o exemplo anterior, os jovens podem desenvolver formas subculturais próprias (modo de falar, de vestir, etc.) como estratégia de resistência e de evasão a um mundo controlado pelos adultos. Por seu lado, como mostrou magistralmente Pierre Bourdieu, a elite pode alterar e sofisticar continuamente os seus padrões culturais como estratégia para justificar os seus privilégios e fechar-se aos restantes grupos.⁴

É possível que tudo isto lhe pareça interessante, mas não suficiente para compreender o modo complexo, criativo e singular – numa palavra, subjetivo – como pensam e agem os indivíduos. Muitos sociólogos têm pensado o mesmo. A partir da influência de autores como Georg Simmel e George Herbert Mead, alguns sociólogos têm-se dedicado ao estudo das interações, entendidas como o processo através do qual os indivíduos agem e reagem, na sua vida quotidiana, em relação uns com os outros.

Nesta linha de estudos, conhecida como *interacionismo simbólico*, Erving Goffman foi o autor que mais se notabilizou, ao revelar a existência de um conjunto de estruturas e dinâmicas que regem a interação (focalizada e desfocalizada) entre indivíduos e que parecem, aliás, ter pouca relação com os padrões que caracterizam os grandes sistemas sociais. Mas a abordagem mais conhecida deste brilhante sociólogo foi aquela que se tem denominado “o modelo dramático”, dadas as analogias da vida social com o teatro. Em qualquer interação, as pessoas adotam papéis e procuram “gerir as impressões” que deixam nos outros, de forma a corresponder a esse papel. Isto pode implicar forjar uma identidade falsa, mas a questão central aqui é que, mesmo para adquirir uma identidade legítima, o indivíduo não deixa de ter de representá-la. Por exemplo, não basta ser militar; o indivíduo tem de se comportar como militar para ser aceite como tal. A metáfora é ainda levada mais longe quando

⁴ Uma das obras hoje mais estudadas entre sociólogos, em todo o mundo, é: Bourdieu, P. (1979, 2010). *A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade de Juízo*. Lisboa: Edições 70.

Goffman fala da existência de interações que se assemelham à presença *em palco*, o que ocorre, por exemplo, em eventos públicos ou perante as câmaras de televisão, enquanto outras se afiguram mais à vida nos *bastidores*, em que poucos indivíduos, com laços fortes entre si, agem de forma mais espontânea e preparam a sua representação.⁵

Mais próximos da Economia, alguns sociólogos têm estudado a sociedade enquanto uma agregação de indivíduos a agir de forma racional, de forma a maximizar os benefícios e a minimizar os custos, sob designações como *teoria da ação racional* ou *individualismo metodológico*. Por exemplo, muitos jovens das classes populares podem optar pelo ensino profissional, em vez da via universitária, não tanto por questões culturais ou sociais, mas simplesmente porque têm uma maior urgência de entrar no mercado laboral e calculam que esta via poderá trazer-lhes mais benefícios do que enveredar por cursos científicos e humanísticos.⁶

Porém, outros colegas têm ripostado que essa racionalidade é moldada por um *habitus*, isto é, um sistema interiorizado que orienta as *representações* e as práticas dos indivíduos, a partir das experiências quotidianas no mundo social. Por outras palavras, as sucessivas interações em que participamos, ao longo da vida (socialização), vão dando origem a uma estrutura cognitiva, moral e emocional ajustada ao contexto social em que vivemos. Os economistas podem ter um quadro mental muito orientado para buscar soluções que aumentem a prosperidade e diminuam os custos, enquanto outros grupos e classes sociais podem agir mais orientados para questões como a sobrevivência, a segurança, a justiça ou a distinção social.⁷

Tendo-se especializado no que designa de “sociologia à escala individual”, Bernard Lahire tem desenvolvido estudos em profundidade sobre pessoas em distintos contextos sociais. O que concluiu é que, ao participar em distintos campos da vida social (família, bairro, escola, trabalho, igreja, desporto, etc.), os indivíduos vão incorporando realmente *disposições* específicas que os ajudam a integrar-se a ter sucesso nesse campo, mas que não são, necessariamente, coerentes entre si, nem

⁵ Ver, particularmente, Goffman, Erving (1985), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Petrópolis, Vozes; e (1988). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar.

⁶ Veja-se: Boudon, R. (1981). *A Desigualdade das Oportunidades: A Mobilidade Social nas Sociedades Industriais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Grácio, S. (1997). *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa. Note-se que esta perspetiva mais recente do “individualismo metodológico” diverge notavelmente do significado que Max Weber havia atribuído a esta expressão.

⁷ Bourdieu, P. (1979, 2010). *A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade de Juízo*. Lisboa: Edições 70; Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (Vol. 6). Lisboa: Difel.

transferíveis de uns campos para os outros. Por exemplo, um indivíduo pode exercer a sua profissão de forma meticulosa, estudando bem os procedimentos, planeando cada passo e cooperando com os colegas, uma vez que assim a aprendeu, no curso profissional ou durante os primeiros anos de trabalho. Mas pode ser muito desorganizado, desarrumado e até desleixado em casa, demonstrando-se autoritário com a sua mulher e filhos, pois a sua socialização familiar o levou a pensar que essa é a atitude natural ou, pelo menos, que assim se devem comportar os homens. E esta situação complica-se porque os indivíduos não participam apenas no trabalho e na família, mas também na vida de bairro, no desporto, na política, na igreja, etc.⁸

Há sociólogos que têm ido até mais longe do que Bourdieu e Lahire, na ideia de que a disciplina tem de incorporar nas suas análises o modo complexo e diverso como as pessoas pensam e agem, sem reduzi-las à sua cultura e posição na sociedade. Sublinham assim o carácter pessoal, intencional, subjetivo e reflexivo dos seres humanos, argumentando inclusivamente que este se tem alargado com a modernidade e a democracia, nomeadamente, através da expansão de certas instâncias de socialização como a escola e os meios de comunicação social.

Anthony Giddens, um dos sociólogos mais reconhecidos, a nível mundial, recuperou então um conjunto de estudos clássicos do interacionismo simbólico e da etnometodologia, de forma a construir uma visão distinta da sociedade.⁹ O conceito de *reflexividade* ocupa uma posição central, na sua proposta, entendido como a capacidade dos indivíduos se pensarem a si próprios, à sua ação e ao mundo que os rodeia. Utilizando uma metáfora, podemos dizer que a reflexividade é a nossa capacidade de, continuamente, nos olharmos ao espelho e, em função disso, procurarmos mudar certos aspetos em nós próprios e no mundo que nos rodeia. Isto implica conceber-nos, simultaneamente, como sujeitos e objetos.

Recentemente, Margaret Archer aprofundou esta noção, ao considerar que os indivíduos desenvolvem “conversas internas”, isto é, diálogos dos indivíduos consigo mesmos, através dos quais esboçam vários cenários alternativos, discutindo as vantagens e desvantagens de cada uma deles, antes de assumir uma perspetiva ou de executar uma ação.¹⁰ Contudo, importa notar que essa reflexividade não deixa de ser

⁸ Lahire, B. (2002). *Homem Plural: Os Determinantes da Ação*. Vozes Editora.

⁹ Veja-se, a este propósito: Giddens, Anthony (1984), *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Editorial Presença; (1989). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes; (1992). *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora; e (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

¹⁰ Sobre os conceitos de reflexividade e de “conversas internas”, veja-se: Archer, Margaret S. (2007), *Making our way through the world: Human reflexivity and social mobility*, Cambridge,

socialmente produzida. Por um lado, precisamente porque a reflexividade depende das instâncias socializadoras dos indivíduos, percebendo-se facilmente a influência da escolarização ou da televisão no modo como as pessoas veem o mundo e se pensam a si mesmas. Por outro lado, essas “conversas interiores” não deixam de ser influenciadas pelas conversas efetivamente mantidas com familiares, amigos, colegas e, em alguns casos, conselheiros espirituais, padres e terapeutas.

No seguimento destas perspetivas, o conceito de *identidades* tem-se tornado central na Sociologia, de modo a designar uma representação do *eu* que se vai consolidando, com o tempo, na relação entre os modos como o indivíduo se integra socialmente e as estratégias que ele próprio coloca em prática. As identidades são, então, concebidas como algo dinâmico e compósito, incluindo diversos elementos supostamente objetivos, mas que correspondem também a processos sociais (escolaridade, profissão, género, nacionalidade, família, lugar de residência, etc.) e que podem ser influenciados pelo próprio indivíduo, em dois tempos. Por um lado, podem ser alterados ao longo da vida, como é o caso se o indivíduo mudar de nacionalidade, buscar outro trabalho ou voltar a estudar. Por outro lado, podem ser “manipulados” de acordo com a interação em que o indivíduo se encontra e, em particular, com a imagem de si próprio que pretende transmitir aos outros, sendo comum ocultarem-se certos traços e exacerbarem-se outros para impressionar os interlocutores. Assim sendo, têm vindo a crescer na Sociologia os *estudos biográficos*.¹¹

Situa-se nesta corrente o estudo de Ana Caetano,¹² cuja leitura recomendamos na abordagem a este tópico, procurando compreender como as pessoas (e as famílias), no Portugal de hoje, buscam refletir sobre as suas biografias, (re)construir a realidade e, em particular, “manipular” as suas identidades, recorrendo a complexos sistemas simbólicos. Neste caso, presta-se especial atenção ao uso das fotografias como artefacto da memória e da apresentação do eu perante os outros.

Cambridge University Press; e Caetano, Ana (2013). *Vidas Refletidas: Sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual*. Tese de Doutoramento. Lisboa, ISCTE-IUL.

¹¹ Para uma boa e variada introdução aos estudos biográficos na sociologia, leiam-se os diferentes capítulos incluídos na obra organizada por Daniel Bertaux (1981), *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences*. Londres, SAGE.

¹² Caetano, A. (2007). Práticas fotográficas, experiências identitárias: a fotografia privada nos processos de (re)construção das identidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 55, 69-89.

A leitura deste texto não substitui o estudo da bibliografia obrigatória desta unidade curricular. Para proceder ao estudo deste ponto do programa desta unidade curricular, deverá ler o texto disponibilizado na sala de aula virtual, cujas referências bibliográficas se encontra de seguida:

Caetano, A. (2007). Práticas fotográficas, experiências identitárias: a fotografia privada nos processos de (re)construção das identidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 55, 69-89.

Como atividade formativa (não avaliada), resuma o texto indicado e discuta-o, colocando dúvidas ou comentários no fórum apropriado na sala de aula virtual. Procure responder às seguintes questões:

- Quais as principais correntes teóricas em que Ana Caetano baseia o seu trabalho?
- Em que medida a fotografia se tornou um campo relevante da dimensão simbólica nas sociedades contemporâneas?
- De que modo a autora recorre às fotografias para compreender as configurações culturais e identitárias na sociedade portuguesa?

Este documento foi preparado por Pedro Abrantes como apoio ao estudo dos/as estudantes do ano letivo 2022/2023 da unidade curricular Sociologia Geral (41100) da Universidade Aberta.



Licença Creative Commons 4.0 Internacional